

# A visibilidade de atores sociais no noticiário político: uma análise comparativa da Folha de S. Paulo e do Nexo Jornal

REVISTA  
com **política**

revista compolítica  
2021, vol. 11(3)  
compolitica.org/revista  
ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica. .2021.11.3.532

*The visibility of social actors in the political news: a comparative analysis of Folha de S. Paulo and Nexo Jornal*

**Arthur Araújo**

Universidade Federal da Bahia  
Federal University of Bahia

## *Resumo*

*Esta pesquisa tem o objetivo de comparar a presença de atores políticos nos websites Folha de S. Paulo e Nexo Jornal, sendo um a amostra de um veículo de jornalismo tradicional e outro de jornalismo independente, e estudá-las de acordo com a lógica do campo jornalístico. Para isso, analisamos os elementos de abertura de 95 matérias da editoria de Poder na Folha de S. Paulo e da tag Política no Nexo Jornal. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021), com investigação quantitativa e qualitativa de citações e menções. Como resultados, temos que a categoria “independente” não é suficiente para assegurar a construção de uma esfera de visibilidade diferenciada; a linha editorial do Nexo garante número relevante de citações a fontes especializadas e atores internacionais e a organização das rotinas de trabalho, valores (interesse público), funções (fiscalização) e critérios de noticiabilidade (conflito e polêmica) influenciam no acesso dos atores ao noticiário.*

Palavras-chave: *Visibilidade; Jornalismo político; Jornalismo independente.*

## *Abstract*

*This research aims to compare the presence of political actors on the websites Folha de S. Paulo and Nexo Jornal, one being a sample of a traditional journalism vehicle and the other of independent journalism, and study it according to the logic of the journalistic field. Intending this, we analyzed the opening elements of 95 stories in the Folha de S. Paulo editorial board and the Politics tag in the Nexo Jornal. The methodology used is Content Analysis (BARDIN, 1977; SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021), with quantitative and qualitative investigation of citations and mentions. As a result, we have that the category “independent” is not enough to ensure the construction of a sphere of differentiated visibility, the Nexo editorial line guarantees a relevant number of citations to specialized sources and the organization of work routines, values (public interest), functions (inspection) and news criteria (conflict and controversy) influence the actors' access to the news.*

Keywords: *Visibility; Political journalism; Independent journalism.*

## *A visibilidade de atores sociais no noticiário político: uma análise comparativa da Folha de S. Paulo e do Nexo Jornal*

Arthur ARAÚJO

A cobertura produzida pelo jornalismo é, para boa parte dos brasileiros, a principal forma de contato com a política. Apesar do avanço das novas mídias e da presença cada vez mais marcante de políticos e instituições em redes sociais, é por meio dos produtos jornalísticos que muitos cidadãos podem acompanhar seus governantes e as discussões políticas. O jornalismo político, portanto, torna-se responsável pela reprodução do campo político, utilizando-se da prerrogativa de instituição socialmente legitimada a produzir conhecimento acerca do cotidiano (FONSECA; SEIBT, 2015).

Nem todos os atores sociais possuem, no entanto, espaço no produto jornalístico, já que o jornalismo conta com seus próprios filtros. Esses filtros acabam produzindo um recorte específico do campo político, que chega até o público. O recorte da política, reproduzido na esfera de visibilidade (GOMES; MAIA, 2008) criada pelo jornalismo, intervém no entendimento do público do que é a política e interfere, desta forma, na sua atuação cidadã.

Alguns estudos se propuseram a analisar a distribuição de cotas de visibilidade aos atores políticos no noticiário (GOMES, 2009; MIGUEL e BIROLI, 2010) ou refletir sobre as razões que levam a um determinado recorte da política (BIROLI, 2013). Analisando majoritariamente veículos de mídia tradicional, essas pesquisas demonstram um quadro onde a política é reproduzida pelo jornalismo como espaço para um grupo limitado de atores, membros de instituições oficiais ou ocupantes de cargos elevados da hierarquia política nacional.

Esta pesquisa parte, portanto, do reconhecimento de uma nova corrente de produtos jornalísticos, que surge principalmente no ambiente digital e que se autodenomina como

independente. Considerando a perspectiva de Karppinen e Moe (2016), que apontam a independência como a ausência de um controle externo e a capacidade de agir e tomar decisões de acordo com uma lógica própria, passamos a nos questionar se veículos que afirmam não ter amarras – seja a partidos políticos, ideologias, governos, corporações ou anunciantes – poderiam produzir uma esfera de visibilidade diferenciada, mais abrangente e inclusiva.

Pretendemos, dessa forma, realizar um estudo comparativo da composição da esfera de visibilidade considerando produtos jornalísticos de viés tradicional e independente. Para isso, selecionamos como corpus de pesquisa os websites Folha de S. Paulo, como órgão de grande imprensa, com origem no jornalismo impresso, e o Nexo Jornal, produto de viés independente. Os dois veículos foram escolhidos pela sua relevância dentro de cada viés. No caso da Folha, temos um jornal com 101 anos de tradição, uma das maiores referências da chamada grande imprensa no país<sup>1</sup>. Quanto ao Nexo, temos um nativo digital, que acumula pouco mais de seis anos de existência, mas reconhecido internacionalmente<sup>2</sup> e com alcance relevante entre os veículos independentes<sup>3</sup>. A comparação é profícua no sentido de confrontar um veículo que ajudou a segmentar a lógica do jornalismo tradicional no país (ALBUQUERQUE, 2010) com outro que, além de se declarar independente, também reclama para si uma lógica específica de trabalho, focada na contextualização.

O estudo foi guiado pelas seguintes questões de pesquisa: Como é composta a esfera de visibilidade de atores políticos nos elementos de abertura de Folha e Nexo? A presença de atores políticos no noticiário em um veículo de proposta independente é diferente daquela verificada em um veículo de grande mídia? Nossa hipótese é que a presença de atores políticos no produto tradicional deve seguir a tendência verificada em outras pesquisas. Por outro lado, supomos que esse quadro possa ser diferente nos jornais independentes, que possuem maior liberdade para cobrirem temas que não estão dentro

---

<sup>1</sup> Em 14 de maio de 2022 a Folha contava com mais de 8.2 milhões de seguidores no Twitter e 3 milhões no Instagram.

<sup>2</sup> O jornal venceu o prêmio Online Journalism Award 2017 na categoria “Excelência geral em jornalismo on-line – pequenas redações”.

<sup>3</sup> Em 14 de maio de 2022 o Nexo contava com 557.9 mil seguidores no Twitter e 291 mil no Instagram.

da área de interesse da grande mídia. Essa hipótese se sustenta na ideia de que esses veículos atendem também a uma lógica de independência da própria mídia tradicional. “Além de significar independência do Estado ou dos interesses de negócio, independência também significa distância das convenções *mainstream* e dos poderes predominantes da própria indústria de mídia” (KARPPINEN e MOE, 2016, p. 110, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Este estudo pretende, ainda, contribuir com uma reflexão que considere com maior relevância questões relativas à lógica de produção jornalística e as teorias referentes à sua prática. Almejamos, portanto, articular a composição dessas esferas de visibilidade criadas pelos dois veículos estudados com a lógica de trabalho, os valores, as regras e as funções do campo jornalístico.

### *O jornalismo e a formação da esfera de visibilidade*

Ser visto é um fator decisivo para quem almeja ocupar um espaço de destaque na esfera pública, seja para agentes tradicionais e com poder no campo político, seja para atores da sociedade civil que buscam pautar seus temas e reivindicações. Participar da esfera de visibilidade criada pela mídia é essencial para ascender à esfera pública e, dessa forma, fazer com que imagens e ideias sejam levadas em consideração pelo público em geral no momento de deliberação política ou de formação da opinião.

Entendendo a esfera pública como a própria “argumentação pública, conduzida com racionalidade, aberta, revisável e orientada pelo princípio do melhor argumento” (GOMES; MAIA, 2008, p. 139), destacamos a necessidade de se considerar a visibilidade como uma das principais formas de acessá-la. “Discutir é importante, mas pode ser separado de uma extensa visibilidade e ainda assim ser democraticamente importante? Afinal, na reserva, na clausura, também se pode discutir e discutir em profundidade, mas o segredo não faz boa democracia” (GOMES, 2007, p. 9).

---

<sup>4</sup> Besides signifying independence from the state or business interests, independence can also mean distance from the mainstream conventions and the prevailing powers of the media industry itself. (KARPPINEN e MOE, 2016, p. 110).

Diferente da esfera pública, a esfera de visibilidade, também chamada de cena pública, refere-se ao âmbito da exposição. Ambas estão diretamente relacionadas, já que esta última é caminho fundamental de acesso à primeira. Os veículos de comunicação de massa, portanto, exercem papel basilar na democracia deliberativa por serem uma das principais portas de entrada para a esfera de visibilidade e, por conseguinte, para a esfera pública. Para Maia (2006), apesar das profundas assimetrias presente nos espaços, a visibilidade contribui na garantia de um diálogo público e na criação de uma “base reflexiva” para a decisão popular em sociedades complexas.

Cientes da importância da visibilidade midiática para um ator político, passamos a trabalhar com a ideia de que é impossível a um meio de comunicação garantir espaços de exposição igualitários e relevantes a todos os personagens da cena política. A imprensa cria um cenário de representação. Mas qual seria esse cenário? Para alguns pesquisadores de Comunicação e Política, a mídia acaba por corroborar com uma ideia previamente estabelecida do que seria a política. “[...] os meios de comunicação não desafiam o recorte dominante do que é política; pelo contrário, tendem a uma adaptação imediata a ele, como num reconhecimento tácito de que a tarefa de definir o campo político pertence a seus próprios integrantes” (MIGUEL, 2002, p. 174).

Biroli (2013) fala sobre as disputas pela definição da agenda, ou o jogo de negociações ao qual nos referimos anteriormente, que permitem a observação dos filtros utilizados pelos meios de comunicação para definir os temas e atores que chegam ao noticiário, e traz uma visão que coloca o modelo estrutural político como influenciador maior que a própria negociação. “[...] as disputas entre jornalistas e políticos [...] são menos expressivas do que os acordos fundamentais sobre o que é, o que abrange, onde se faz e quem faz política.” (BIROLI, 2013, p. 131).

O resultado desse quadro de apego à estrutura política pré-estabelecida é, de acordo com a literatura que se debruça sobre o tema, um jornalismo político centrado nas instituições políticas tradicionais, sobretudo os três poderes constituintes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O noticiário estaria direcionado para o oficialismo, os setores e agentes oficiais, com poder de decisão. “Essa gravitação na direção da oficialidade é o que faz

com que o jornalismo não seja meramente político, mas governamental (COOK, 2011, p. 236).

O próprio Cook (2011), no entanto, aponta como os fatores relacionados à produção e à cultura jornalística possuem efeitos na formação desse quadro da política. “[...] as fontes não podem simplesmente estalar os dedos e fazer notícias por conta própria. Em lugar disso, a notícia é uma reelaboração de ações, eventos e declarações oficiais, a luz dos valores de produção” (COOK, 2011, p. 240).

Os jornalistas buscam, nas fontes, material que preencha aos seus critérios de seleção, mas são os responsáveis por dar a palavra final no que vai ou não virar notícia. “Assim, enquanto os políticos ditam as condições e regras de acesso e indicam certos eventos e questões como importantes [...], os repórteres podem tomar esse material (e o fazem) para decidir se algo é suficientemente interessante para ser coberto [...]” (COOK, 2011, p. 209). O autor ainda aponta que o resultado de todas essas negociações pode ser vislumbrado em dois aspectos: o primeiro deles é que as questões para serem visíveis precisam estar relacionadas às fontes de autoridade. O segundo é que precisam estar atreladas a critérios jornalísticos de qualidade.

Para uma melhor compreensão da bibliografia de estudo da visibilidade de atores e temas pelo jornalismo político, levantamos, aqui, pesquisas interdisciplinares de comunicação e ciência política sobre o tema. As pesquisas encontradas avaliaram produtos jornalísticos de diversas mídias, incluindo televisão, rádio e impressos, mas foi possível identificar uma ausência de estudos interessadas em aferir o ambiente digital.

Gomes (2009) procurou identificar e analisar a presença de atores na audiosfera política do Jornal Nacional. A pesquisa identificou 150 diferentes atores políticos com presença (fala direta, fala indireta ou citação) no Jornal Nacional. Deste total, 125 tiveram voz no Jornal Nacional, 62 tiveram suas declarações apresentadas por jornalistas e 112 foram mencionados. A principal verificação feita pelo estudo é o total direcionamento das cotas de visibilidade do Jornal Nacional para atores da política profissional. Nenhum ator sem cargo ou mandato superou 1% das sonoras, declarações ou menções. Isso se verifica até mesmo para atores de relevância nacional que estão longe dos mandatos públicos. Pelo

que foi analisado, 40 atores possuem cotas realmente relevantes e apenas 10 deles estão em situação de grande visibilidade.

Quando se leva em consideração os agentes políticos isoladamente e não em ligação com as instituições que ocupam, percebe-se uma supervisibilidade conferida ao presidente da República, até então Luis Inácio Lula da Silva, senadores em posição de liderança e ministros do alto escalão ou envolvidos em uma agenda de grande visibilidade no período de coleta. Na interpretação feita por Gomes (2009), a figura do presidente transcende o seu cargo, mas o mesmo não acontece com ministros e senadores.

Miguel e Biroli (2010) estudaram as publicações de três telejornais (Jornal Nacional, Jornal da Band e SBT Brasil) e três revistas de atualidade semanal (Veja, Época e Carta Capital) nas eleições de 2006 na tentativa de identificar os temas e atores mais frequentes no noticiário. O estudo identificou 1.724 diferentes personagens nas matérias de política publicadas em telejornais (esse número exclui personagens anônimos ou não identificados). Deste total, 27,3% pertencem ao Poder Legislativo; 24,5% ao Executivo e 8,3% são populares. A análise por nome próprio indica que a maioria desses personagens são candidatos nas eleições presidenciais, ministros de Governo, senadores em posição de liderança ou envolvidos em escândalos políticos. Os cinco personagens que apareceram em mais textos foram os candidatos Lula, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena, Cristovam Buarque e então ministro Antônio Palocci.

Nas revistas, por sua vez, foram identificados 2.477 diferentes personagens. Aqui, surpreendeu a aparição de agentes políticos de destaque, mas sem cargo público, e a baixa aparição de alguns candidatos à presidência. Os cinco que mais apareceram foram Lula, Geraldo Alckmin, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e José Dirceu. A avaliação dos pesquisadores é de que o noticiário político na revista é menos vinculado aos cargos formais do campo político, abrindo espaço para agentes detentores de alto capital político que não estão em cargos oficiais. Em ambos os casos (revistas e telejornais) é notada a baixa presença de movimentos sociais. Especialistas ligados universidades e organizações religiosas também pouco aparecem. As revistas, no entanto, apresentaram algum espaço

para organizações internacionais e forças armadas. Organizações não governamentais e agentes do mercado financeiro também conseguem maior visibilidade nesta mídia.

Mantovani (2013) pesquisou os atores políticos envolvidos no debate sobre a controvérsia do aborto nas eleições de 2010. O trabalho considerou três jornais de circulação nacional: Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo entre julho e outubro 2010. Apesar dos candidatos e partidos terem sido os atores que apareceram em maior número (28% e 20,3% respectivamente), a análise indicou a presença destacada de atores religiosos no debate, tanto da igreja (16,5%), quanto de parlamentares ligados às igrejas (5%) ou religiosos independentes (1,2%). Os parlamentares em geral apareceram em 5% dos conteúdos e os movimentos sociais em apenas 1,6%. A análise de Mantovani aponta para uma esquivia dos movimentos defensores da legalização do aborto neste debate de forma estratégica. Isso pelo temor de prejudicar a candidata com maior ligação com as esquerdas, Dilma Rousseff (PT).

Guazina e Paulino (2015) estudaram a cobertura das eleições de 2014 por três emissoras públicas de rádio. Eles consideraram a presença dos candidatos e da sociedade civil nas produções jornalísticas. No primeiro caso, verifica-se que, entre as matérias onde os candidatos foram citados nominalmente, 35 delas citavam todos os concorrentes. Isoladamente existiu um quadro de equilíbrio. Dos 87 conteúdos analisados, apenas 22,98% trouxeram alguma participação popular, entre personagens entrevistados e entidades da sociedade civil.

A avaliação da presença dos atores políticos no noticiário como forma de identificar a consonância da mídia e a relevância de atores ligados à sociedade foi o interesse de Tuzzo e Bernardes (2016). Elas analisaram o conteúdo das capas do jornal O Estado de S. Paulo sobre política no período em maio de 2015. No que se refere aos atores políticos presentes na primeira página, foi constatado que eles somam 72 das 127 menções. Os nomes que se destacaram são os da então presidente Dilma Rousseff, do então presidente da Fifa, Joseph Blatter, e o da CBF, José Maria Marin – provavelmente impulsionados pelo escândalo enfrentado pelas instituições naquele ano –, e do então ministro da economia, Nelson Barbosa. No caso dos atores da sociedade civil, foram identificados apenas dois

casos de citação de cidadãos comuns, que apareceram “para ilustrar matérias de controvérsias que estavam na capa”.

O que unifica todas as pesquisas, no entanto, é a tendência de seus resultados, que aponta para um jornalismo que retrata o campo político como cenário para uma casta reduzida de atores, sempre políticos profissionais, na posse de cargos públicos de poder elevado, como o presidente da república, ministros, deputados e senadores. Os demais agentes políticos, como cidadãos comuns, organizações sociais e a sociedade civil organizada, acabam relegados a um segundo plano, conquistando visibilidade apenas em casos bastante específicos.

Maia (2008) pensa as dificuldades de acesso de determinados setores à cobertura jornalística por meio do conceito de público fraco, que aponta para o sujeito comum da opinião pública. A autora defende que a desvantagem do público fraco está nas questões de assimetria de poder (que possibilita acesso aos canais), desigualdade comunicativa (vocabulário e domínio da gramática dos meios de comunicação) e pobreza política (domínio de argumentos políticos relevantes). Para adentrar esses espaços, as organizações sociais fariam uso de estratégias para chamar atenção da mídia, como manifestações, ou desenvolvem ideia, símbolos e palavras-chave que possam ser comunicativos (MAIA, 2009).

### *Jornalismo tradicional e jornalismo independente*

A história da imprensa tradicional como é praticada hoje no Brasil também se inicia como uma história de independência. Considerando que o jornalismo moderno brasileiro adota as características resultantes da modernização do jornalismo americano (ALBUQUERQUE, 2010), é possível verificar uma trajetória que passa pelo distanciamento da imprensa da influência dos partidos políticos nos Estados Unidos no início do século XIX.

Por volta de 1830 tem início um movimento que ganharia força e se tornaria majoritário à época, a penny press: jornais baratos que apostavam nas estórias de interesse humano e postura independente. “Fontes de receita que dependiam de laços sociais ou posição política foram substituídas por receita de publicidade e vendas com base no mercado. [...]” (SCHUDSON, 2010, p. 30).

Estes produtos incluíram aos poucos procedimentos que atualmente são intrínsecos à prática jornalística, como a entrevista de figuras públicas e o trabalho dos repórteres, percorrendo um caminho que culminou no afastamento da postura sensacionalista em prol de uma abordagem mais factual, o que decorre de questões políticas, econômicas e culturais (SCHUDSON, 2010). A disposição para espetacularizar os acontecimentos e misturar informação e opinião passou a ser preterida em detrimento dos fatos, o que já se mostrava consolidado na primeira metade do século XX.

Foi esse o modelo trazido para o Brasil em nome da modernização do jornalismo (ALBUQUERQUE, 2010). Um modelo baseado em princípios como a objetividade e outros valores a ele relacionados (neutralidade e imparcialidade), e que se manifestava textualmente em técnicas como o lead, que resume as principais informações relacionadas ao acontecimento, e a pirâmide invertida, que estrutura hierarquicamente as informações mais relevantes ao longo do texto.

Pensando em sistemas midiáticos, podemos dizer que as grandes empresas de comunicação brasileiras se apresentam de forma concentrada sob o comando de um número reduzido de famílias poderosas. Albuquerque e Pinto (2019), no entanto, descrevem essa realidade como um quebra-cabeça de relações complexas entre grupos midiáticos nacionais e regionais, que angariam diferentes benefícios. “Para os primeiros, eles são principalmente econômicos, dado que as estações locais e regionais compartilham investimentos em infraestruturas que lhes permitam difundir conteúdos através do território brasileiro” (ALBUQUERQUE e PINTO, 2019, p. 115).

Dito isto, podemos imaginar que o que se entende em 2022 por mídia independente seja bem diferente daquela mídia que se desvinculava do paralelismo político. Quando falamos em jornalismo independente, precisamos, a princípio, identificar de qual

independência estamos de fato tratando. Independente do quê? Essa pergunta surge da percepção de que uma independência completa seria inatingível e que os meios sempre acabam passando por uma variedade de constrangimentos e influências externas (KARPPINEN e MOE, 2016). Ao longo do tempo, no entanto, produtos jornalísticos reivindicaram a independência como valor. “Historicamente, questões econômicas, origem do financiamento da atividade, verbas publicitárias, e formas de pressão de anunciantes e acionistas têm efeitos sobre a independência do jornalismo” (ASSIS et al, 2017, p. 8). Atestar independência, dessa forma, poderia representar um distanciamento de grupos políticos e ideológicos, grandes corporações midiáticas e financiamento publicitário.

No contexto atual, no qual o trabalho jornalístico se reestrutura devido a questões como avanço das tecnologias e as inovações proporcionadas à rotina jornalística, mas também pelo desemprego, as iniciativas independentes acabam se tornando possibilidade para muitos profissionais (FÍGARO, NONATO e KINOSHITA, 2017). A Agência Pública<sup>5</sup>, que se apresenta como a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, mantém disponível o que chama de Mapa do Jornalismo Independente no Brasil. O projeto identifica e divulga cerca de 80 iniciativas nacionais, escolhidas de acordo com critérios próprios. “Selecionamos aquelas que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”<sup>6</sup>.

Patrício e Batista (2020) analisaram os elementos de identidade no autodiscurso de 11 dessas iniciativas. Entre os elementos destacados estão o caráter coletivo, o contraponto à chamada mídia convencional ou aos modelos tradicionais de propriedade e financiamento, à distinção centro versus periferia, a utilização de dados públicos como fonte de apuração e a inovação. Assis et al (2017) já argumentava que o distanciamento proposto pelos independentes iria além do formato, podendo incluir práticas e rotinas de produção. “[...] um jeito diferente de fazer o jornalismo, onde as regras do mercado e da

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em 14 de maio de 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#>. Acesso em 14 de maio de 2022.

indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores” (ASSIS et al, 2017, pp. 6 e 7).

Portanto, diferente do momento em que ser independente significava uma distinção com relação à mídia estatal, uma independência do poder do Estado, o jornalismo independente como o conhecemos hoje se relaciona ainda a uma independência do próprio jornalismo tradicional (KARPPINEN e MOE, 2016). Nesse processo a independência financeira acaba se tornando o caminho para assegurar a independência em outros níveis. “Não havendo anunciantes em determinado produto jornalístico, ou ainda, na ausência de proprietários/acionistas que possam intervir no conteúdo a ser produzido, a autonomia estaria virtualmente garantida. Na prática, a realidade é mais complexa” (ASSIS et al, 2017, p. 9). O financiamento coletivo acabou sendo a estratégia de maior destaque nesse sentido. Assis et al (2017), no entanto, ressaltam que ela não resolve a questão do “modelo de negócio” ou da independência jornalística, apesar de concordar com a ideia de que “quanto mais financiadores, mais independentes seremos” não está completamente equivocada.

Cabe aqui também pontuarmos que conceitualmente há distinções entre o jornalismo independente e o chamado jornalismo alternativo ou radical, entre outras nomeações utilizadas. Entre as características dessa produção estariam uma visão alternativa às perspectivas hegemônicas, o autogerenciamento, o caráter não-comercial e a abertura para a participação dos consumidores na produção (ASSIS et al, 2017). “A partir das análises, foi possível constatar que “independente” está relacionado a partido, religião e grande empresa, enquanto o alternativo está vinculado a contra-hegemônico. Esse imaginário dá sustentação ao discurso dos meios de comunicação” (FÍGARO, NONATO E KINOSHITA, 2017, pag. 9).

### *Corpus*

Na nossa pesquisa, pretendemos identificar quais atores ganham visibilidade na cobertura política de dois websites jornalísticos com estas duas perspectivas editoriais. Um deles é

a Folha de S. Paulo, em sua editoria Poder, que pode ser classificado como um produto tradicional, de grande mídia, com lógica industrial de funcionamento. O outro é o Nexo Jornal, em sua tag “Política”, que traz uma proposta de jornalismo independente dentro de uma lógica de explicação e interpretação dos fatos.

O projeto editorial de Folha e Nexo são marcados pela diferença de enfoques. Em março de 2017 a Folha publicou a versão do projeto que estava em voga durante o período estudado. A versão anterior datava de agosto de 1997. O texto aponta o compromisso com um jornalismo crítico, apartidário e pluralista, além de se colocar como defensor de uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. O Nexo Jornal, em seu projeto, informa que considera determinadas características que contribuam com um debate qualificado: conteúdo claro, explicativo, equilibrado e contextualizado. O veículo possui um modelo editorial voltado ao jornalismo de contexto, iniciativa pioneira no Brasil. O caminho seria o uso de evidências e dados, com aposta alta em material visual, principalmente infográficos.

A editoria Poder, da Folha de S. Paulo trabalhava no período estudado com 28 repórteres, sendo 13 baseados na sede do jornal, em São Paulo, e 15 na sucursal de Brasília. Além deles, o website contava com correspondentes no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Salvador. Em Brasília, a Folha trabalha com repórteres setoristas no Palácio do Planalto, Câmara Federal, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal e na Procuradoria-geral da República<sup>7</sup>. O Nexo Jornal operava, em sua completude, com 29 profissionais. A equipe trabalhava em uma separação básica de dois núcleos, sendo parte dela responsável por política, economia, nacional e internacional, com seis profissionais, todos trabalhando na sede da empresa, em São Paulo, no período da pesquisa. O jornal publicava, no total, entre oito e 12 conteúdos diários<sup>8</sup>.

No que se refere aos modelos de financiamento, temos que ambos os veículos apostavam no período, no modelo *paywall* poroso. Trata-se de um formato que permite acesso

---

<sup>7</sup> As informações foram repassadas em 2018 pelo editor de Poder, Fábio Zanin, em resposta a questionamentos enviados pela pesquisa por e-mail.

<sup>8</sup> As informações sobre o Nexo Jornal foram repassadas em 2018 pela equipe do noticioso em resposta a questionamentos enviados pela pesquisa por e-mail.

gratuito a uma quantidade específica de conteúdo a cada mês antes que se exija a assinatura. A Folha aliava esta ferramenta à venda de espaços de publicidade, de onde vem a maior parte de suas receitas. O Nexo, por outro lado, não trabalhava com setor comercial. Para ampliar a receita, o veículo utilizava à época estratégias de oferta de cursos em áreas como gastronomia, arte, cinema e filosofia.

Algumas pesquisas, como a que realizamos neste artigo, se preocuparam em verificar semelhanças e distinções na cobertura de tradicionais e independentes, sendo o Nexo destaque enquanto objeto devido ao destaque obtido no meio. Becker e Waltz (2021) realizaram estudo comparativo da cobertura do portal de notícias G1 e do Nexo Jornal para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Eles analisaram matérias publicadas em abril de 2016, período que inclui a data da votação pela abertura do processo. Aqui destacamos um dos focos dos achados, relativos às “Vozes do Discurso e Relações do Sujeito Enunciador e Interlocutores”.

Aponta-se no G1 um “distanciamento do leitor. Espaço equilibrado entre políticos e manifestantes pró e contra o impeachment, mas com ênfase na violência e nos transtornos causados por movimentos sindicais e sociais apoiadores de Dilma”. (BECKER e WALTZ, 2021, p. 105). O Nexo, por sua vez, traz “interpelação direta do leitor, por meio do pronome de tratamento você. Tom professoral e didático. Dá espaço para especialistas acadêmicos (cientistas políticos, estatísticos, economistas e sociólogos)” (BECKER e WALTZ, 2021, p. 105). Em ambos os casos foi percebida pouca concessão à voz dos cidadãos.

Marques dos Reis (2020) investigou a existência de valores-notícia em comum em veículos de linhas editoriais diferentes. Ela analisou matérias publicadas no horário nobre (20h-21h) do mês de abril de 2019 nos websites Folha de S. Paulo, Vogue Brasil e Nexo Jornal. É interessante perceber que se considerado apenas Folha e Nexo, verifica-se que os dois veículos compartilham todos os valores considerados pela pesquisa: novidade, significância, interesse, notabilidade, proximidade, poder, inesperado, infração, referência a algo negativo e conflito.

Esses estudos comparativos nos permitem partir de um conhecimento de aproximações e distanciamentos já verificados. Podemos notar que o discurso de especialistas diferencia a amostra independente, mas que a pouca presença da voz popular a aproxima da amostra tradicional. Além disso, percebemos que Folha e Nexo, os dois veículos que selecionamos aqui como objetos de estudo, apresentam grande proximidade em seus critérios de seleção a partir da análise dos valores-notícia.

### *Metodologia*

Na perspectiva de Wilson Gomes, um ator político seria qualquer sujeito que cumpra um papel socialmente reconhecido na política (GOMES, 2009). Nossa pesquisa pretende, justamente, compreender quais atores sociais são incorporados no noticiário político e analisar as articulações que influenciam na sua presença. Dito isso, fica posto que consideraremos como ator político neste trabalho, qualquer ator singular, ou seja, qualquer persona, que tenha espaço nos textos analisados.

A metodologia utilizada na pesquisa é a Análise de Conteúdo, método focado no rigor científico da medida (BARDIN, 1977; SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021). Analisamos um total de 95 matérias (55 da Folha e 40 do Nexo), coletadas utilizando amostragem sistemática (SAMPALIO e LYCARIÃO, 2021), por meio da ferramenta da semana construída. Esse tipo de amostragem foi selecionado em uma tentativa de evitar um problema de viés que contamine de forma determinante os resultados. Dessa forma, consideramos três semanas construídas em momentos diferentes do ano de 2017. A primeira vai de 5 de março a 13 de maio; a segunda se inicia em 2 de julho e vai até 19 de agosto. Já a terceira parte de 5 de novembro e segue até 23 de dezembro.

A ferramenta utilizada na coleta da Folha de S. Paulo foi o site de arquivamento de páginas da internet *Wayback Machine*. As matérias publicadas pelo Nexo Jornal, por sua vez, foram coletadas no próprio site. No caso da Folha, foram selecionadas as matérias da editoria Poder com maior destaque na homepage principal nos três turnos do dia. A medida foi necessária em uma tentativa de equilibrar a amostra, já que o volume de

publicações da Folha supera em muito o do Nexo. No caso deste último, todas as matérias postadas nos dias determinados para a coleta foram analisadas.

A técnica da semana construída foi determinada na expectativa de seguirmos a regra da representatividade (BARDIN, 1977), utilizada para garantir resultados mais generalizáveis. Apesar dos esforços para a seleção de material dentro de um período de maior normalidade possível, é preciso destacar que a pauta política em nosso período de análise devotou espaço constante às diversas etapas da operação Lava Jato, que investigava crimes de desvio e lavagem de dinheiro. O destaque dado pela mídia a esse tema acaba refletido na pesquisa.

Este trabalho pretende identificar a visibilidade em dois níveis: a menção – qualquer referência a atores no texto – e a citação, onde estão catalogadas todas as falas de atores seja de forma direta, ou seja, escrita entre aspas e acompanhadas por um verbo dicendi, ou indireta, introduzidas por expressões que indiquem o início de uma ideia que não parta do próprio jornalista. Nossas unidades de registro, portanto, serão duas: a palavra, no caso das menções, sendo identificada cada referência aos atores políticos, e, no caso das citações, a declaração direta ou indireta, nos termos já especificados acima. A enumeração será realizada utilizando como regra a frequência, já que buscamos a quantidade de vezes que um ator é citado ou mencionado pela cobertura.

### *Elementos de abertura*

Pensando na lógica estrutural do texto jornalístico, resolvemos realizar a nossa análise considerando ainda um fator específico: o destaque que os atores recebem dentro da organização hierárquica do texto. Essa decisão parte do reconhecimento de que o jornalismo trabalha com determinados elementos que conferem uma maior visibilidade dentro do conjunto do texto. Decidimos, portanto, ter como unidade de análise (SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021) apenas o que vamos chamar de elementos de abertura, o que inclui os títulos, subtítulos, legendas de fotos, lead e sublead das matérias.

Esses são elementos que, em nossa compreensão, trabalham juntos formando uma composição única, ou seja, não têm sentido completo quando estão isolados. Juntos, eles se complementam trazendo o que há de mais importante sobre o objeto de realidade (SEIXAS, 2009) em questão. Os elementos de abertura, além de garantirem uma maior visibilidade aos atores dentro do texto, também trazem o conceito do jornalista sobre quais atores e quais declarações são mais importantes para a exposição daquele objeto de realidade. Nesse caso, não foram considerados na análise textos que não possuam estrutura noticiosa, como os opinativos, ou aqueles sem gancho factual no Nexo, como os presentes em editorias como Acadêmico, Gráfico ou Interativo.

No caso do Nexo Jornal, que produz textos focados em análise e interpretação dos objetos de realidade, a pesquisa adotou metodologia diferenciada. O contato com o corpus mostrou que o veículo, de fato, aposta na contextualização como aspecto diferenciador. As análises, no entanto, são sempre baseadas em um gancho factual, exposto em sua abertura, mesmo que não exatamente em uma estrutura onde *lead* e *sublead* aparecem como primeiro e segundo parágrafos. A análise, nesse caso, considerou os parágrafos introdutórios onde as perguntas que compõem *lead* e *sublead* são respondidas.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de, tanto na Folha quanto no Nexo, a resposta das perguntas básicas do jornalismo (quem? o quê? onde? quando? como? por que?) não estarem necessariamente em dois parágrafos, mas em três ou quatro, em algumas ocasiões. Isso acontece pelo fato de o jornalismo digital trabalhar hoje tendo o mobile como referência. O formato de texto para celular exige parágrafos menos extensos, que facilitam a leitura. Nesses casos, consideramos todos os parágrafos com função de *lead* e *sublead*.

### *Categorias*

Levando em consideração nosso problema de pesquisa, resolvemos categorizar as citações e menções em dois aspectos distintos: quanto à função pública e considerando os atores individualmente. A classificação dos atores quanto a sua função nos permitirá

uma visão generalizada, podendo observar de quais setores sociais os atores fazem parte e, conseqüentemente, compreender quais deles geram maior interesse do jornalismo produzido por Folha e Nexô. Já a análise individual permitirá a identificação de nuances não verificáveis na análise geral, possibilitando considerar contextos e articulações específicas.

Sampaio e Lycarião (2021) destacam que os constructos analíticos podem ser derivados tanto de teorias ou práticas existentes quanto de experiência ou conhecimento de peritos e pesquisa anterior. No caso da Função Pública, partimos da classificação utilizada por Gomes (2009). O autor utiliza as categorias: presidente e vice; senadores, ministros, deputados federais, governadores e outros. Sendo “outros” referente principalmente a ex-presidente, ex-governadores, presidentes de empresas estatais, cargos do segundo escalão do executivo, ministros do Supremo.

A classificação que pretendemos realizar nesta etapa segue a mesma proposta, baseada na divisão hierárquica e institucional do campo político, com algumas diferenças. Neste caso, as principais categorias serão: presidente da República, ministros de Estado, governadores, prefeitos, deputados federais, senadores, membros do Poder Judiciário, membros de órgãos de regulação, dirigentes partidários e membros do setor empresarial e membros de organizações da sociedade civil. Apesar de ser possível prever algumas categorias, destacamos que outras foram sendo criadas de acordo com as especificidades observadas ao longo da análise. Trata-se de método apontado por Bardin (1977) como categorização por milhas, ou seja, que não mantém categorias fixas pré-estabelecidas.

A classificação foi realizada pelo autor da pesquisa levando em consideração a função determinada pelo ator político na matéria em questão. Considera, portanto, a realidade construída pela matéria, que passa a ser a base do livro de códigos. Nesse caso, atores que respondem a mais de um cargo público, como políticos com mandato que ocupam também posições de representação partidária, por exemplo, foram classificadas de acordo com o lugar de fala que desempenham no evento. Um exemplo é o caso do senador Aécio Neves, que no período retratado pelo recorte temporal da pesquisa também ocupava o posto de presidente nacional do PSDB.

Na etapa seguinte, olharemos para os atores políticos de forma individual. Nessa etapa, contabilizaremos cada vez que uma citação é creditada a um ator político, bem como cada vez que houver menções ao seu nome próprio. Algumas variáveis são contabilizadas, como o uso do sobrenome em substituição ao nome e sobrenome. A frequência do termo “Temer”, por exemplo, entra na mesma categoria que “Michel Temer”. A soma final leva em consideração termos como “presidente” apenas no caso das citações, já que esta é uma estratégia utilizada pelo jornalismo como recurso para evitar a repetição constante de palavras. No caso das menções, trabalhamos apenas com os nomes próprios, por, assim como Gomes (2009), considerarmos que este tipo de menção proporciona um grau diferenciado de visibilidade.

## *Análise empírica*

### **Citações**

Nas 55 matérias analisadas na Folha, identificamos a presença de 45 declarações publicadas nos elementos de abertura. Elas foram feitas por 20 diferentes atores. No Nexo, em 40 textos observados, 8 atores tiveram citações nos elementos de abertura, totalizando 12 falas publicadas. A primeira observação que pode ser feita é a diferença na quantidade de declarações presentes nos dois produtos. A Folha, que investe na atualização constante de sua página e, conseqüentemente, em um produto mais factual, acaba dando mais espaço à declaração. No caso do Nexo, não há nenhuma ocorrência nos textos que compõem a amostra. O próprio veículo se declara como produtor de um jornalismo de contexto, o que implica um foco maior na análise e interpretação que no factual, o que afeta a decisão pelo uso em destaque das declarações.

As citações foram classificadas de acordo com a função pública do ator que as concedeu, ou seja, considerando os cargos que ocupam ou as instituições das quais fazem parte. Os números estão expostos na Tabela 1.

*Tabela 1: Citações de atores de acordo com a função*

Jornal	Função do ator político	Percentual
Folha	Membros do Poder Judiciário	15,5%
	Membros do setor empresarial	13,3%
	Presidente da República	11,1%
	Membros de órgãos de regulação	8,8%
	Prefeitos	6,6%
	Empresas	6,6%
	Ex-presidentes	6,6%
	Deputados Federais	6,6%
	Dirigentes partidários	6,6%
	Atores atualmente sem cargo	4,4%
	Governadores	4,4%
	Ministros de Estado	4,4%
	Advogados	2,2%
	Membros de órgãos de Polícia	2,2%
Nexo	Membros de agências internacionais	25,0%
	Cientista político	25,0%
	Governantes estrangeiros	16,7%
	Senadores	8,3%
	Membros do setor empresarial	8,3%
	Deputados Federais	8,3%
	Ministros de Estado	8,3%

*Fonte: Elaboração própria.*

Observando os dados, é possível identificar que três tipos de atores possuem destaque ao aparecer como fontes na Folha, alcançando mais de 10% do total de declarações: membros do Poder Judiciário, membros do setor empresarial e o presidente da República. Os números indicam uma centralização do uso de fontes ligadas aos poderes Judiciário e Executivo, o que pode ser compreendido pela relevância dessas instâncias em termos de poder de decisão e realização, com atos que interferem diretamente na vida de milhões de cidadãos. São atores que carregam a noticiabilidade em si por sua notoriedade.

Outro tipo de ator que aparece em destaque são os do setor empresarial, únicos que não estão inseridos no grupo que consideramos como parte da política formal<sup>9</sup>. Por atuarem em meio ao setor privado, que não possui acompanhamento minucioso por parte do jornalismo como o setor público, os empresários e as próprias empresas podem não ser compreendidos de forma imediata como atores da política. Para entender melhor o destaque recebido, recorreremos a uma análise da função contextual destes atores, ou seja, a função exercida por eles no evento noticiado, como veremos adiante. Uma quarta categoria relevante são os membros de órgãos de regulação, que apresentaram maior destaque entre os tipos de atores com número mediano de declarações (marcados em amarelo no gráfico). Como órgão de regulação dos poderes públicos, o MP conta com acompanhamento constante da imprensa política, por fornecer subsídios para que atue em sua função de fiscalização dos bens públicos, ou melhor, em sua função de cão de guarda (SCHUDSON, 2008).

No Nexo, dois tipos de atores se destacam: os membros de agências internacionais, no caso a ONU, e os cientistas políticos, que juntos somam 50% de todas as declarações que ganharam destaque nesse jornal. A presença de especialistas reforça o interesse desse veículo de promover um jornalismo mais analítico e contextual. Em seguida, aparecem as categorias presidentes estrangeiros – que aparece com ocorrência mediana – e senadores – de baixa ocorrência – todas elas categorias que não aparecem na análise dos atores utilizados como fonte pela Folha. Percebemos ainda que é pequena a intersecção entre os dois jornais no que se refere aos atores utilizados como fonte de informação. Entre as 18 categorias que apareceram no levantamento, apenas três estão presentes em ambas as publicações: membros do setor empresarial, deputados federais, ministros de estado. As três com baixa frequência de aparição entre as fontes que aparecem no Nexo, mas ocupam níveis variados de recorrência na Folha.

---

<sup>9</sup> Quando falamos de atores da esfera política formal (GOMES, 2009), nos referimos àqueles que são tacitamente reconhecidos como membros da política por ocuparem ou terem ocupado cargos políticos, seja via eleições, seja por nomeação, em governos executivos ou casas legislativas, membros de instituições partidárias ou mesmo do Poder Judiciário, já que estes representam um poder constituinte da República e tem papel fundamental na dinâmica política, agindo muitas vezes não apenas no julgamento de crimes cometidos por políticos, mas também na revisão de suas decisões. Na política formal ainda enquadrados membros de órgãos como o Ministério Público e os Tribunais de Conta.

A classificação por função pública nos ajuda a enxergar melhor o tipo de atores que são citados, ou seja, utilizados como fonte pelos dois jornais. Podemos identificar que, na Folha, as estruturas tradicionais da política ganham mais espaço de cobertura, já que seus atores são utilizados como fonte na maioria das vezes. Isso pode ser justificado pelas escolhas editoriais, que priorizam determinados temas em detrimento de outros ou pela existência de uma cultura jornalística, que orienta os profissionais a trabalharem com fontes oficiais pela sua autoridade reconhecida. É uma forma de garantia do valor da objetividade (SCHUDSON, 2010). O jornalismo trabalha com atores com lugar de fala, ou melhor, com autoridade para repassar opinião, análise, explicação ou informação pela relação que mantém com os temas em questão. Os ocupantes dos principais cargos, portanto, se cacifam por serem a representação máxima daquelas instituições, podendo falar em seu nome. O uso da fala autorizada age, portanto, dentro do que se conhece como o ritual estratégico (TUCHMAN, 1999) de produção do produto jornalístico.

Outra explicação é a tendência motivada pela formação da rede noticiosa (TUCHMAN, 1978), ou seja, pela distribuição dos repórteres setoriais em lugares onde há maior probabilidade de as coisas ocorrerem. Como aponta Lippmann (2010), seria impossível para um grupo jornalístico dar conta de todos os temas e eventos do mundo, sem uma organização geográfica adequada. As atenções, portanto, se voltam, para ambientes onde as decisões são tomadas, lugares estes onde certamente se sucedem atos de interesse permanente da sociedade. A consequência disso é uma atenção demasiada aos mesmos atores. Essa linha de raciocínio nos dá um caminho para pensar sobre a regra, mas pouco ajuda a entender a exceção. Atores empresariais aparecem como fontes de ocorrência frequente na Folha, mesmo não compondo as estruturas da política formal.

O Nexo não trabalha com repórteres setoriais na cobertura política, o que pode indicar uma influência menor da rotina das instituições tradicionais nas suas publicações. Pelos dados obtidos, estruturas como o Senado e o Governo Federal têm seus atores ouvidos pelos jornalistas, apesar da pouca recorrência. Entre os de maior destaque, chama atenção o interesse pelo noticiário internacional, com o uso de declarações de membros de agências internacionais e de presidentes estrangeiros. A diferenciação entre Folha e Nexo, nesse caso, pode estar vinculada às questões de divisão editorial de cada veículo, como

veremos logo adiante. Para analisar melhor esses quadros e tentar aprofundar a reflexão sobre as fontes citadas, passamos a considerá-las individualmente, pelo seu nome próprio. Na Tabela 2, é possível verificar qual o percentual de citações correspondentes a cada ator, bem como o percentual de matérias em que suas declarações são utilizadas.

Tabela 2: Citações de atores individualmente

Jornal	Ator	Citações	Matérias
Folha	Michel Temer (Pres. da República)	11,1%	5,4%
	Luis Fux (Ministro STF)	11,1%	3,6%
	Rodrigo Janot (Procurador-geral)	8,8%	3,6%
	João Doria (Prefeito de SP)	6,6%	1,8%
	Banco do Brasil (empresa mista)	6,6%	1,8%
	Eike Batista (Empresário)	6,6%	1,8%
	Jair Bolsonaro (Dep. Federal)	6,6%	1,8%
	Fernando Chiarelli (Ex-dep. Estadual)	4,4%	1,8%
	Lula (ex-presidente da República)	4,4%	1,8%
	Carlos Siqueira (Pres. PSB)	4,4%	1,8%
	Geraldo Alckmin (Governador SP)	4,4%	1,8%
	Gilmar Mendes (Ministro STF)	4,4%	1,8%
	Emilio Odebrecht (Empresário)	4,4%	1,8%
Nexo	Stephen O'Brien (Diretor ONU)	25,0%	2,5%
	Claudio Couto (Cientista político)	25,0%	2,5%
	Aécio Neves (Senador / pres. PSDB)	8,3%	2,5%
	Donald Trump (Pres. USA)	8,3%	2,5%
	Marcos Valério (Publicitário)	8,3%	2,5%
	Sérgio Sá Leitão (Ministro da Cultura)	8,3%	2,5%
	Tirica (Dep. Federal)	8,3%	2,5%
	Nicolás Maduro (Pres. Venezuela)	8,3%	2,5%

Fonte: Elaboração própria.

No caso do presidente Michel Temer, pesa o fato de se tratar da principal figura política do país, que gera interesse pelo seu poder de ação e decisão. Isso se intensifica por um contexto de denúncias, crises e escândalos na gestão federal, o que centraliza o noticiário em temas que o envolvem e faz com que ele seja o responsável por mais de 11% das declarações publicadas pela Folha. Além disso, possui declarações suas como destaque em 5,4% das matérias analisadas neste veículo. O que o presidente tem a dizer importa porque afeta o cenário político, gera repercussão, motiva a ação de outros atores e, também, reflete os ânimos e estratégias de atuação política do próprio Governo. Tudo isso, no entanto, não é suficiente para incluir as declarações do presidente nos elementos

de abertura do Nexo. A ausência de repórteres baseados em Brasília poderia ser um indício sobre a ausência de Michel Temer neste recorte, por representar uma maior dificuldade de acesso direto. Isso, no entanto, não impede que atores como o senador Aécio Neves e o deputado federal Tiririca tenham declarações publicadas, ou mesmo atores do próprio Poder Executivo, como o ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão. A explicação pode estar mais uma vez nos critérios de seleção do jornal e na sua proposta contextual. Vejamos o exemplo na Figura 1.

*Figura 1 – Reação de Temer a dados econômicos no Nexo*



*Fonte: Nexo Jornal*

Na Figura 1, o texto tem como gancho uma comemoração do presidente pelo que considera uma prova do sucesso de sua política econômica. Os elementos de abertura, no entanto, não trazem qualquer declaração do presidente, se limitando a destacar que Temer divulgou um vídeo com fala comemorativa. No texto estão presentes dados de geração de emprego e uma contextualização que relaciona à crise ao processo de Impeachment de Dilma Rousseff.

Se analisarmos em paralelo os dados das tabelas 1 e 2, podemos avançar em nossa análise dos atores citados. A categoria “membros do Poder Judiciário” traz declarações de apenas dois atores: Luís Fux e Gilmar Mendes. Fux aparece com o mesmo percentual de citações do presidente, de 11,1%, e ainda é utilizado como fonte em 3,6% das matérias. Os textos referem-se a críticas feitas pelo ministro a uma decisão do Tribunal que integra. As declarações de Mendes, por sua vez, correspondem a apenas 4,4% do total, e estão distribuídas em 1,8% das matérias. São críticas feitas ao vazamento de informações à

imprensa, o que atribui a órgãos como o MPF e a PF. Os exemplos podem ser vistos na Figura 2.

*Figura 2 – Declarações de Gilmar Mendes e Luiz Fux na Folha*

### **Gilmar Mendes acusa Procuradoria e Polícia Federal por vazamentos**



O ministro Gilmar Mendes durante sessão do Tribunal Superior Eleitoral

### **'Não tem sentido candidato com denúncia concorrer', diz ministro Fux**



O ministro Luiz Fux, que presidirá o Tribunal Superior Eleitoral de fevereiro a agosto de 2018

*Fonte: Folha de S.Paulo*

É interessante notar que as declarações que alcançam mais relevância não estão dentro do âmbito de atuação direta dos ministros. Não são falas sobre casos em julgamento dos quais são relatores ou pelos quais terão que se posicionar. As falas são críticas e polêmicas, uma contestando uma decisão já tomada pela maioria do Pleno, outra fazendo acusações graves a outras instituições públicas, o que dá indícios sobre os critérios de seleção do veículo em questão. A fala de Fux, por exemplo, foi proferida em entrevista exclusiva à Folha, o que aumenta seu valor noticioso. Ou seja, trata-se de uma fala estimulada por uma questão jornalística. Mendes, ao contrário, se pronuncia de forma espontânea, tecendo suas críticas em meio a uma sessão de sua Turma no STF acompanhada pela imprensa. As declarações de ambos, portanto, destacam-se pelo conflito, o que interessa à Folha. O conflito ou o confronto interessa ao jornalismo. Traquina (2013) destaca a tendência da mídia em dar espaço à violência. “Violência física

ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos.” (TRAQUINA, 2013, p. 82).

Os “membros do setor empresarial”, que aparecem com destaque quando analisados em conjunto, são dois: Emílio Odebrecht, dono da construtora que carrega seu sobrenome; e Eike Batista, dono do grupo EBX. As falas de Odebrecht foram proferidas em delação no âmbito das investigações da operação Lava Jato. As declarações de Batista, por sua vez, foram dadas em um depoimento à CPI do BNDES, que investiga empréstimos irregulares junto ao banco estatal - escândalo pelo qual o empresário já havia sido preso. Dentro da realidade construída dos textos em questão, portanto, eles deixam de ser empresários, passando a exercer função contextual de delator e depoente. A importância da fonte não está na sua posição, mas na autoridade que exerce naquele contexto, no lugar de fala que ocupa. Odebrecht e Batista passam de empresários bem-sucedidos a empresários envolvidos em escândalos de corrupção nos quais podem estar incluídos os principais atores do poder público brasileiro. Atores que podem ser comprometidos pelas suas declarações. Só assim o que eles têm a dizer passa a interessar ao jornalismo político, pois interferem no campo político formal. No Nexo, o publicitário Marcos Valério foi o único ator na categoria “empresários” e sua presença segue a mesma lógica verificada na Folha. No contexto noticiado, são considerados depoimentos de Valério que comprometem o ex-presidente Lula e o ex-ministro da Casa Civil Antônio Palocci.

Além de “empresários”, Nexo e Folha trazem outras duas categorias de fontes coincidentes. A primeira delas é a de “deputados federais”, onde está incluso o deputado Jair Bolsonaro, no caso da Folha, e Tiririca, no caso do Nexo. Este último publica declarações do deputado dadas durante o seu guia eleitoral. São piadas do tipo: “o que é que faz um deputado federal? Na realidade eu não sei, mas depois eu te conto”. No texto, a declaração é utilizada em contraponto a uma declaração feita pelo parlamentar em discurso na tribuna da casa, o primeiro em quase sete anos de mandato, onde anuncia sua saída da política e a decepção com o sistema.

Apesar de ter sido rememorada em um texto que tem como gancho uma ação parlamentar, as declarações foram feitas pelo candidato Tiririca. Na Folha, da mesma maneira, Jair

Bolsonaro aparece em função contextual de candidato a presidente da República. A declaração veiculada, referente à liberdade para policiais poderem matar durante ações, foi dada durante discurso para apoiadores em cidade no Amazonas. O parlamentar tem viajado o país promovendo seu nome como opção à Presidência e tem as duas funções realçadas na nomeação feita pela Folha. “Um dia após dizer que daria ‘carta branca’ para a PM matar, o presidenciável e deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), 62, recuou e [...]” (APÓS ..., 2017). Enquanto a fonte do Nexo é um político folclórico em ato final de carreira, a da Folha é um candidato em plena ação. Duas nomeações diferenciadas que reforçam a necessidade de se olhar para os atores individualmente e o contexto das declarações noticiadas.

Outra categoria em comum foi a de “ministros de Estado”. Nesse caso, a Folha trouxe declarações de Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, com as quais avalia a permanência do PSDB na base de apoio ao presidente da República. A fala foi realizada em tom oficial, durante pronunciamento no Palácio do Planalto, apesar de o tema ter viés de inclinação mais político que institucional. No Nexo ganhou destaque fala do novo ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, durante sua cerimônia de posse. Na citação, o ministro pede pragmatismo das diferentes correntes políticas na busca por áreas de convergência. Os dois casos, tanto dos deputados federais quanto dos ministros, apontam para uma tendência dos dois jornais, estando a Folha inclinada a uma cobertura política voltada para o jogo, a disputa e o Nexo interessado em uma política de orientação mais substancial<sup>10</sup>, mesmo reconhecendo que a cobertura da fala do deputado Tiririca também está ancorada na controvérsia gerada pela sua figura.

Analisando os atores com maior número de declarações no Nexo temos um membro de organização intergovernamental e um cientista político. No primeiro caso, estamos falando do diretor de assuntos humanitários da ONU, Stephen O’Brien, que fez um alerta ao Conselho de Segurança da agência sobre o risco de milhões de mortes por fome na África. O segundo é o doutor em Ciência Política Cláudio Couto, da FGV, que foi

---

<sup>10</sup> Por política substancial, Asp (2014) entende a ação voltada para as discussões de matérias, proposições, debates e políticas públicas, que se opõe à política do escândalo, ancorada no jogo político, na disputa por espaços de poder.

convidado pelo jornal para comentar os problemas de representação na democracia brasileira. Os dois casos estão, portanto, intimamente ligados às áreas de interesse temático do veículo. No que se refere à crise humanitária, apresentou-se a declaração do dirigente que fez o alerta principal, colocando-se como ator de grande relevância dentro do evento narrado. O caso torna-se ainda mais claro no que se refere aos problemas de representação, já que o cientista é ouvido apenas por ser especialista em assunto no qual o jornal deseja se aprofundar. Temáticas diferenciadas trazem à tona fontes que na maioria das vezes não seriam ouvidas pela mídia tradicional.

Ao dizermos que as decisões editoriais estão vinculadas à área de interesse temática do Nexo, não estamos querendo afirmar que crises humanitárias na África não geram interesse à Folha. A questão perpassa o entendimento do que cada um desses veículos classifica como política, o que vai definir em quais fronteiras internas (BIROLI, 2013), estes temas irão se enquadrar. Para a Folha, questões como a fome na África são classificadas na editoria Mundo, enquanto em Nexo estão classificadas pela tag Política. A mesma questão ocorre com a categoria “presidentes estrangeiros”. Esse exercício demonstra a importância do contexto na compreensão das escolhas dos jornalistas sobre quais declarações são publicadas.

## **Menções**

Por meio do levantamento das menções, podemos descobrir quais atores compõem as narrativas compreendidas pelos jornalistas como noticiáveis e de qual setor da política fazem parte. Nas 55 matérias analisadas na Folha, foram contabilizadas 250 menções a atores singulares. No Nexo, em 40 textos, totalizaram 181 menções. Na Tabela 3 podemos visualizar os números de acordo com a função que mais apareceram.

Tabela 3: A menção a atores singulares de acordo com a função

	Folha	Nexo
Presidente da República	26,4%	21,0%
Atores sem cargo no período	10,8%	3,3%
Membros do Poder Judiciário	10,4%	7,1%
Membros de órgãos de regulação	9,6%	2,2%
Dep. Federais	8,8%	12,7%
Ex-presidentes	8,0%	11,6%
Membros do setor empresarial	6,4%	3,3%
Ministros de Estado	4,8%	6,0%
Governadores	2,8%	2,2%
Familiares	2,8%	-
Senadores	2,0%	5,5%
Dep. Estaduais	2,0%	1,6%
Prefeitos	1,6%	-
Dirigentes partidários	1,2%	2,7%
Membros da Polícia	1,2%	-
Especialistas	0,4%	3,9%
Advogados	0,4%	-
Assessores	0,4%	-
Governantes estrangeiros	-	5,0%
Dirigentes esportivos	-	2,2%
Guerrilheiros	-	2,2%
Jornalistas	-	1,6%
Populares	-	1,6%

Fonte: Elaboração própria

A princípio, destacamos um tipo de ator que obteve presença muito acima da apresentada por todos os demais em ambos os produtos analisados: é o presidente da República, que sozinho consegue alcançar 26,4% das menções da Folha atores singulares e 21% no Nexo. É preciso destacar que a categoria “presidente” inclui um ator específico, enquanto os demais somam as menções a uma série de atores. O resultado mostra a centralização do noticiário em torno do presidente, figura de maior grau hierárquico da política nacional.

No caso dos demais, os veículos divergem. Na Folha, membros do Poder Judiciário ganham espaço de alta visibilidade, assim como os atores que não ocupam cargos públicos atualmente. Se compararmos com a análise das citações, percebemos que os atores da Justiça, assim como Temer, se destacam tanto por suas declarações quanto quando apenas mencionados. No caso dos atores sem cargo, sua presença é mais forte

como parte da narrativa, mas a baixa presença de suas declarações indica que elas não possuem tanta relevância jornalística, ao menos não o suficiente para estarem no cerne dos eventos narrados, aparecendo nos elementos de abertura.

No Nexo, são outros dois tipos de atores que aparecem com alta visibilidade: os deputados e os ex-presidentes da República. Os primeiros apareceram ainda com cota mediana de citações, o que indica que o noticiário do Nexo prioriza as ações do Poder Legislativo em sua cobertura. O segundo caso aponta para um fato curioso. Se o Nexo cobre eventos com pouca participação de atores que atualmente não ocupam cargos, isso muda quando os atores em questão são ex-presidentes, que possuem forte presença no noticiário, alcançando 11,6%. A hierarquia, nesse caso, mais uma vez aparece como fator diferenciador, indicando que o poder de um ex-presidente é mais duradouro do que o de outros políticos que ocupam cargos públicos. Especialistas, que apareceram com cota elevada de citação, obtiveram baixo número de menções. Isso comprova que a participação deles na narrativa política se dá apenas como agentes externos aos acontecimentos, sendo acionados pelos jornalistas apenas para que possam explicar os fenômenos, sem participação direta neles.

O quadro geral indica que os atores mencionados na Folha e no Nexo fazem parte em sua maioria da política formal. Acompanhar atores de elevado grau hierárquico na política faz parte da prática do jornalismo porque envolve grande interesse público. Quanto mais alto for o cargo exercido, maior o poder de decisão e, conseqüentemente, de interferência na vida do cidadão. Não se trata, portanto, apenas de vigiar os políticos para que não pratiquem crimes, mas também de dar à população, a possibilidade de saber o que está sendo planejado e executado por estes atores. “A hierarquia influencia na noticiabilidade porque se trata de distribuição de poder na sociedade, portanto um fenômeno sociológico.” (SEIXAS, 2017, p. 11).

Após verificar as menções a estes atores, passamos a analisar a sua presença de forma individual. Na Tabela 4 podemos verificar os atores que alcançaram os maiores números de menções do seu nome próprio, assim como pelo número de matérias em que foram mencionados.

Tabela 4: Atores singulares por número de menção individual e por número de matérias

	Ator	Menções	Matérias
Folha	Michel Temer (Pres. da República)	26,4%	47,3%
	Rodrigo Janot (Procurador-geral)	9,2%	16,3%
	Lula (ex-presidente da República)	3,6%	7,3%
	Rodrigo Maia (Pres. Câmara)	3,6%	5,4%
	Dilma Rousseff (ex-presidente da República)	3,2%	7,3%
	Sérgio Fachin (Ministro STF)	3,2%	7,3%
	Geraldo Alckmin (Governador SP)	2,8%	3,6%
	Geddel Vieira Lima (Ex-min Sec. Governo)	2,8%	3,6%
	Luiz Fux (Ministro STF)	2,4%	3,6%
	Gilmar Mendes (Ministro STF)	2,0%	3,6%
	Sérgio Cabral (Ex-governador RJ)	2,0%	3,6%
	Jair Bolsonaro (Dep. Federal)	2,0%	3,6%
	Sérgio Zveiter (Dep. Federal)	1,6%	5,4%
	Eliseu Padilha (Min. Casa Civil)	1,6%	5,4%
Nexo	Michel Temer (Pres. da República)	21,0%	35,4%
	Lula (ex-presidente da República)	5,5%	10,0%
	Dilma Rousseff (ex-presidente da República)	2,7%	12,5%
	Sérgio Moro (Juiz Federal)	2,7%	7,5%
	Aécio Neves (Senador)	2,7%	7,5%
	Rodrigo Maia (Pres. Câmara)	2,7%	5,0%
	Alberto Goldman (Pres. PSDB)	2,7%	5,0%
	Paulo Abi-Ackel (Dep. Federal)	2,2%	2,5%
	Renan Calheiros (Senador)	2,2%	2,5%
	Fernando H. Cardoso (Ex-presidente)	2,2%	2,5%
	Mike Pence (Vice-presidente EUA)	2,2%	2,5%
	Joesley Batista (Empresário)	2,2%	2,5%
	Moniz Bandeira (Cientista Político)	2,2%	2,5%
Henrique Meirelles (Ministro da Fazenda)	2,2%	2,5%	

Fonte: Elaboração própria

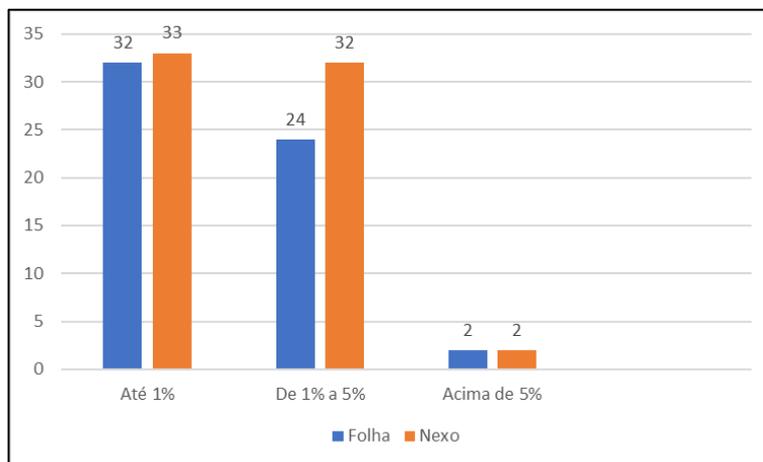
A partir da Tabela 4, podemos perceber que a cena de visibilidade gerada pelo noticiário nos dois jornais analisados tem espaço relevante para poucos atores. Se tomarmos como referência a classificação anterior, que considera a função pública, nós percebemos que as menções a atores do Poder Judiciário são principalmente da figura de Sérgio Fachin, ministro do STF relator da operação Lava Jato. Ainda aparecem com algum destaque os ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes, que obtiveram mais destaque por suas citações, como analisamos anteriormente. No Nexo, por outro lado, temos Sérgio Moro, como principal ator do setor Judiciário. Entre os membros dos órgãos de regulação, que

obtiveram destaque na Folha, o único com visibilidade relevante é o procurador-geral Rodrigo Janot, que lidera o MPF.

Entre os deputados federais, apenas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se destaca na Folha, Jair Bolsonaro e Sérgio Zveiter aparecem em seguida com baixa aparição, o primeiro pela campanha que travava pela Presidência da República, o segundo por ter sido escolhido relator de um dos pedidos de investigação contra Temer e, posteriormente, retirado do posto pelo próprio partido. No Nexô, apenas Paulo Abi-Ackel consegue algum destaque, ainda que baixo, sendo ele o deputado escolhido pelo PSDB para assumir as funções de Zveiter como relator.

Na Folha, os políticos atualmente sem cargo são principalmente o ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima, e o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Ambos investigados por esquemas de corrupção. Entre os ex-presidentes, ganham destaque Lula e Dilma Rousseff. Fernando Henrique Cardoso se soma aos dois últimos nas matérias do Nexô. Este último também trouxe os ministros de Estado e senadores entre os mais mencionados. Apenas um ministro recebe algum destaque, no entanto: Henrique Meirelles, que está à frente de projetos polêmicos como a Reforma da Previdência e, também, lançou seu nome como opção à Presidência da República. Entre os senadores estão Aécio Neves, investigado por corrupção e ainda voz ativa nas discussões internas do PSDB, e Renan Calheiros, ex-presidente do Senado. Categorias como a de membros do setor empresarial e governantes estrangeiros não tem qualquer ator como detentor de cota relevante de visibilidade.

*Gráfico 1: Número de atores vs. % de menções*



*Fonte: Elaboração própria*

Compilados no Gráfico 1, os dados nos mostram que apenas 2 dos 58 atores presentes no noticiário da Folha obtiveram mais de 5% de menções. Por outro lado, 32 desses atores não alcançaram 1% do total. O quadro do Nexó é similar: apenas 2 dos 67 atores obtiveram mais de 5% das menções, enquanto 33 deles não chegaram a 1%. Os números mostram que a maioria dos atores que compõem as narrativas políticas aparecem apenas de forma secundária, sem uma presença efetiva no noticiário. O interesse jornalístico gira em torno de atores específicos, que com suas ações e declarações passam pelos filtros dos veículos.

### *Considerações finais*

Os resultados apontam para uma convergência da esfera de visibilidade de atores políticos criadas pela Folha e pelo Nexó em seus elementos de abertura. Assim como na Folha, a cobertura do Nexó se mostrou voltada para o oficial, para as instituições tradicionais e para os atores em posições de poder. O veículo independente demonstra, por sua vez, uma tendência a garantir espaços de fala para membros de organizações internacionais e cientistas políticos como se pôde verificar nesta amostra.

Na comparação entre os dois jornais, pudemos perceber que os atores citados representam, de fato, o principal diferencial. Enquanto a Folha utiliza declarações de fontes oficiais das principais instituições públicas, o Nexo traz a voz de especialistas, o que reforça seu interesse de promover um jornalismo contextual e analítico, além de membros de agência internacional, abrindo espaço para temas de viés humanitário. Quando nos atemos às menções, no entanto, percebemos que o produto de mídia independente e o de grande mídia, neste caso, não estão muito distantes no que se refere aos atores que compõem suas narrativas.

Se o veículo tradicional segue reforçando a tendência já detectada de reforço das estruturas políticas institucionais (GOMES, 2009; MIGUEL e BIROLI, 2010), o que vemos nos jornais independentes é que o distanciamento de formato, práticas, rotinas ou a criatividade e liberdade autoral (ASSIS et al, 2017) não representam por si só garantia de inclusão de atores populares, movimentos sociais ou da sociedade civil organizada de forma mais ampla e contundente. Aqui, fica evidente a necessidade de não olhar para a categoria “independente” como unificada, mas podendo ser agregadora de uma variedade de produtos com linhas editoriais diversas, que vão apresentar resultados destoantes entre si.

Nosso trabalho tentou, ainda, trazer justificativas para a presença de atores no noticiário que considerassem de forma mais efetiva a lógica do jornalismo. Contextualizando, podemos perceber que a esfera de visibilidade criada também é consequência das regras de produção noticiosa. A rede noticiosa, criada para organização do trabalho, leva à cobertura de instituições específicas. Além disso, o senso da comunidade jornalística do que é sua função, como a investigação, e quais os seus valores, como o interesse público, orientam os profissionais a atores específicos. Os próprios valores de seleção indicam para o recorte temático abordado pelo jornalismo. Os eventos narrados são marcados pelo impacto, conflito, continuidade, acessibilidade, notoriedade, polêmica e hierarquia. Não estamos, com isso, defendendo que a cobertura feita é inevitável ou a única possível quando se leva em consideração as teorias do jornalismo. Queremos, na verdade, dissociar o entendimento de que o jornalismo apenas reproduz a política. Isso, no entanto, não reduz

o fato de que atores com demandas legítimas possuem acesso dificultado à cena pública, o que indica que algo deve ser revisto.

Por fim, ressaltamos que a pesquisa possui limitações referentes ao seu recorte temporal, que inevitavelmente abarca temáticas e acontecimentos específicos e referentes ao seu corpus, já que a seleção abrangeu apenas um produto de cada tipologia. Também vale voltar a destacar que a esfera de visibilidade aqui aferida se restringe aos elementos de abertura de cada veicula, representando não a totalidade da construção jornalística, mas aquela destacada pelos veículos como a mais relevante.

### *Referências bibliográficas*

ALBUQUERQUE, Afonso. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. Revista ALCEU - v. 10 - n.20 - p. 100 a 115 - jan./jun. 2010.

ALBUQUERQUE, Afonso e PINTO, Pâmela. O sistema midiático brasileiro no contexto da América Latina. In.: O Setor dos Media no Espaço Lusófono. Org.: Figueiras, Rita e Ribeiro, Nelson. Lisboa, 2019.

ASSIS, Evandro et al. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p.3 - 20, Jan/Jun 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, PO: edições 70, 1977. BIROLI, Flávia. Limites da Política e esvaziamento de conflitos. Estudos Políticos, n. 6, 2003/1, pp. 126 -143.

BECKER, Beatriz e WALTZ, Igor. O impeachment de Dilma no G1 e no Nexo: da vocação à padronização do jornalismo. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 20, n. 36, 2021, pp. 98-108.

COOK, Timothy. O Jornalismo Político. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho-dezembro de 2011, pp. 203-247.

FÍGARO, Roseli, NONATO, Cláudia e KINOSHITA, Jamir. Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais. Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 04 a 09/09/2017.

FOLHA. Após dar carta branca para PM matar, Bolsonaro recua e diz que é para “não morrer”. Folha de S. Paulo, 15 dez. 2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1943594-apos-dar-cartabrancapara-pm-matar-bolsonaro-recua-e-diz-que-e-para-nao-morrer.shtml> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

FONSECA, Virgínia e SEIBT, Taís. A contribuição de Max Weber para os estudos do jornalismo: um ensaio teórico-metodológico. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 640-657, set./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201534.640-657>.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica – Tese. 336 p. Salvador, 2003.

GOMES, Wilson. Publicidade, visibilidade, discutibilidade: Para uma revisão do conceito de esfera pública. Anais do XVI Encontro Anual da Compós, Curitiba – PR, 2007.

GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley. Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas – São Paulo, Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. Audioesfera política e visibilidade pública: os atores políticos no Jornal Nacional. In: GOMES, Itânia. Televisão e realidade [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 298.

GUAZINA, Liziane; PAULINO, Fernando. Comunicação e Política: a cobertura das eleições de 2014 em três emissoras públicas de rádio. Anais do XXIV Encontro Anual da Compós, 2015, Brasília.

HARCUP, Tony e O’NEILL, Deirdre. What Is News? Galtung and Ruge revisited. *Journalism Studies*, dezembro, 2001, pp. 261-280.

KARPPINEN, Kari e MOE, Hallvard. What We Talk About When Talk About “Media Independence”, *Javnost - The Public*, 23:2, 105-119.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

MAIA, Rousiley. Atores de sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Revista Lua Nova*, São Paulo-SP, N. 76: pp. 87-118, 2009.

MAIA, Rousiley. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley. *Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas – São Paulo, Paulus, 2008*.

MAIA, Rousiley. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. Anais do XV Encontro Anual da Compós, 2006, Bauru – SP.

MANTOVANI, Denise. Eleições 2010: como os enquadramentos e as vozes organizaram os limites da controvérsia do aborto. *Revista Compolítica*, n. 3, vol. 1, ed. jan-jun, ano 2013, p. 71-93.

MARQUES DOS REIS, Estela. Noticiabilidade em diferentes produtos: O que pode explicar valores-notícia comuns a Folha, Vogue e Nexo? Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor. 3 a 6 de Novembro de 2020.

MASSA, João Pedro e PARK, Eun Yung. A cobertura jornalística da crise da Venezuela pelo Nexo Jornal e por O Estado de S. Paulo e a influência de aspectos temporais e tecnológicos. Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, virtual, 4 a 9/10/2021.

MIGUEL, Luís Felipe. Os Meios de Comunicação e a Prática Política. *Lua Nova*, nº 55-56, 2002, pp. 155-184.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 695 a 735.

PATRÍCIO, Edgard e BATISTA, Raphaele. Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 217 – 231, jan./jun. 2020.

SAMPAIO, Rafael e LYCARIÃO, Diógenes. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação. Portugal: LabCom Books, 2009.

SEIXAS, Lia. Valores Notícia: uma proposta de análise. *Revista Observatório*, Palmas, v. 4, n. 4, p. 334-366, jul-set. 2018

SCHUDSON, Michael. *News and Democratic Society: Past, Present, and Future*. The Institute of Advanced Studies in Culture, 2008. Disponível em: Acesso em: 12 Nov. 2016.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis. Vozes. 2010.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: A study in the construction of reality*. The free press. NY. 1978.

TUCHMAN, Gaye. Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2ª ed. Vega, 1999.

TUZZO, Simone e BERNARDES, Priscilla. A Política na primeira página. XXXIX Congresso Intercom, 2016, São Paulo.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II. Florianópolis: Insular, V. II, 3 ed. rev. 2013.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

### *O Autor*

Arthur S. Araújo é doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCOM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Njor).

E-mail: [arthurs.a@hotmail.com](mailto:arthurs.a@hotmail.com)

Data de submissão: 18/03/2021

Data de aprovação: 10/06/2022